

## A iniciativa do Banco do Sul

*Ruth Espínola Soriano de Mello\**

### **Descompassos iniciais para acertar o passo**

Após sucessivos adiamentos ao longo de 2007, o Banco do Sul foi formalmente criado em Buenos Aires em 9 de Dezembro de 2007 quando Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai, Argentina e Venezuela assinaram a sua carta de fundação.

Naquele momento foi estabelecido um prazo de 60 dias para que os países membros da nova instituição financeira latino-americana definissem seus estatutos (objetivos, funcionamento estrutura entre outros). No entanto, foi apenas recentemente em Montevideu, em 25 de abril, em uma reunião de ministros de economia dos países membros que o tema foi restabelecido<sup>i</sup>.

Pode-se afirmar que algumas divergências importantes entre os países envolvidos no processo de criação do Banco constituem fatores centrais no sentido de justificar tais adiamentos e atrasos.

O momento inicial dos debates em torno da nova arquitetura financeira regional pode ser apontado como uma das razões. Isto porque a idéia surgiu em nível bilateral, por meio de reuniões entre os presidentes Hugo Chavez da Venezuela e Néstor Kirchner da Argentina realizadas em 2006.

O fato do Brasil não ter sido “convidado” causou alguma inquietação em setores das autoridades do país que, posteriormente, concordou em fazer parte do projeto sob a condição de que o mesmo fosse guiado apenas por diretrizes técnicas. Mesmo assim, a oportunidade para os opositores do então chamado “Projeto Bolivariano” estava dada, e estes apresentaram críticas quanto à intenção política de tal iniciativa.

A não liderança do Brasil na articulação preliminar em torno da concepção do organismo financeiro multilateral, apesar de sua importância econômica e política na região foi posteriormente adicionada a outras questões que foram usadas como escusas para que a proposta não fosse considerada. Neste sentido, tem-se que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES é, há algum tempo, a mais forte entidade na América Latina quanto a seus recursos financeiros - em torno de US\$ 25 Bilhões ao ano<sup>ii</sup> superior até mesmo em relação aos recursos geridos pelas Instituições Financeiras Multilaterais Internacionais -, os quais são também aplicados no exterior apesar da limitação legal brasileira quanto a projetos desta natureza<sup>iii</sup>.

Não obstante, não apenas a dinâmica do processo de criação do Banco do Sul pode ser apontada para explicar os descompassos supracitados. De fato, os focos centrais de conflitos em potencial certamente se relacionam com o perfil que o banco deterá, sua composição de capital e seu sistema de tomada de decisão.

Vale ressaltar que neste cenário o Equador tem apresentado um comportamento mais progressista dentre os posicionamentos conhecidos dos demais países membros. Para este país, a entidade deveria ter função de banco central regional “articulando novas prioridades cujos eixos centrais sejam as necessidades básicas e uma estratégia soberana de desenvolvimento, como a soberania alimentar e energética, com programação industrial da produção de

medicamentos genéricos, microcrédito e outras formas de apoio à economia popular, pesquisa e desenvolvimento da produtividade local e expansão dos mercados internos etc” (PAEZ, 2007), como também deveria assumir funções para além do fomento, criando bases para um sistema de troca com moeda local na região; passando a ser assim, junto com o Fundo do Sul, “instrumentos financeiros e monetários para a União das Nações Sul-Americanas - UNASUL” (idem).

Não obstante, o representante brasileiro na comissão técnica do Banco do Sul afirmou que o perfil da entidade seria a de “desenvolvimento clássico, que privilegie operações de financiamento de projetos de infra-estrutura da região, preferencialmente aqueles que facilitem a integração física e econômica entre os países membros; que possa dar apoio a operações de exportação dos países membros para terceiros mercados, exportações extra-regionais que necessitem de suporte financeiro para serem estruturadas; projetos de integração produtiva, ou seja, empreendimentos em conjunto com os países, compartilhando capitais, tecnologias, mão-de-obra”. (MELIN DE CARVALHO, 2007)

Até o presente momento, segundo os termos consensuados na carta de fundação da instituição, a nova arquitetura financeira da região deverá ser a de um banco de desenvolvimento, designado tanto para financiar setores estratégicos na economia regional, desenvolvimento científico e tecnológico, como também projetos que busquem reduzir a pobreza. Sua sede em Caracas e haverá escritórios em Buenos Aires e La Paz.

O montante que cada país membro deverá desembolsar tem sido um tanto controverso. Por um lado, argumenta-se que o Brasil, Argentina e Venezuela devem investir mais que os países menos desenvolvidos. Há os que entendem que deve haver igualdade dos recursos a serem desembolsados.

Entretanto, na recente reunião de Montevideú, foi definido que os três maiores países membros deverão alocar US\$ 2 Bilhões cada. O Uruguai e o Equador devem contribuir com US\$ 400 Milhões cada, enquanto que o Paraguai e a Bolívia US\$ 100 Milhões cada um. Assim, o Banco do Sul poderia iniciar suas atividades com US\$ 7 Bilhões de capital integralizado e o equivalente a US\$ 20 Bilhões de capital autorizado, o qual seria obtido a partir de sucessivas subscrições por parte dos países membros do Banco ao longo de 5 anos, para o caso do Brasil, Argentina e Venezuela, e de 10 anos para os demais. A nova instituição terá 10% de seu capital integrado por moeda local e o restante em moeda estrangeira. Cabe ressaltar, porém, que estas são propostas ainda precisam ser consultadas junto às autoridades argentinas que não se encontravam presentes nesta reunião decisória.

Cabe ressaltar, porém, que estas são propostas às quais as autoridades argentinas precisam ser consultadas.

Uma outra questão controversa está relacionada ao processo de decisão dos projetos a serem apoiados, que não esteve na pauta dos debates da última reunião de Montevideú. O sistema “um país, um voto” tem sido recomendado para uma instituição financeira regional que busca reduzir as assimetrias econômicas. Entretanto, a proposta de “um dólar, um voto” em que o montante desembolsado por cada país determinaria o peso de seu voto nas decisões do banco, também está na mesa de negociações.

### **Contexto de concepção do Banco**

Deve ser salientado que não é por acaso que a proposta do banco sulino surge no momento que uma reforma na arquitetura financeira global vem sendo demandada por diferentes setores.

Ao longo dos últimos 25 anos do século passado, a região Latina Americana viveu um longo tempo de crescimento prejudicado, tendo implementado ao mesmo tempo políticas econômicas “receitadas” pelo Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial – BM quando da liberação condicionada de seus empréstimos. Mais recentemente, importantes processos eleitorais na região elegeram governos com mandatos de rejeição a tais políticas.

Neste contexto, a relação entre os países da região e as Instituições Financeiras Internacionais, não apenas ao FMI e BM, como também o Fundo Latino-Americano de Reservas - FLAR, Corporação Andina de Fomento - CAF e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Plata – FONPLATA tem mudado.

Alguns países adiantaram o pagamento de suas dívidas com tais instituições. Primeiro a Argentina e o Brasil, seguidos posteriormente pelo Uruguai e o Equador.

Este cenário só foi possível devido ao crescimento econômico registrado pelos países da região impulsionado pelo aumento dos preços das suas *commodities* e pelo aumento do consumo das famílias proporcionado pela maior disponibilidade de crédito. Adicionalmente, vale também recordar que em 2007, a Bolívia se retirou oficialmente do Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos - CIADI, organismo do BM.

### **Desafios para se defrontar**

Ninguém discorda da importância desta iniciativa que busca impulsionar o desenvolvimento da América Latina já que seu escopo ultrapassa o alcance de um simples banco de fomento regional, podendo desempenhar funções estratégicas; tais como: defender as economias da região de ataques especulativos ou de crises financeiras internacionais; servir como caixa de compensação agilizando o comércio entre os países membros<sup>iv</sup>; aumentar a competição do mercado de empréstimo voltado ao desenvolvimento; contrabalançar a influência dos EUA no continente; e principalmente o banco pode vir a ser um meio para que os países da região projetem seu próprio crescimento econômico.

A fundação e consolidação desta instituição dependem das negociações em curso as quais, infelizmente, até o momento carecem de transparência já que têm se restringido às autoridades executivas nacionais, estando longe dos Parlamentos, da sociedade civil e movimentos sociais. Estes últimos podem também dispor dos espaços já institucionalizados de participação e controle social para tal empreitada.

Depende principalmente do que os países membros vierem a considerar como projetos estratégicos para a região, termo que ainda parece um tanto vago diante da diversidade de oportunidade que se pode vislumbrar.

Está previsto ainda, em 2008, ano em que o Banco supostamente já estará operando que, finalmente os poderes legislativos<sup>v</sup> dos países membros adquiram um papel relevante a desempenhar no sentido de aprovar a criação do Banco do Sul Momento oportuno para os cidadãos e cidadãs reforçarem a pressão a seus governos pela adoção de posições democráticas, aprovação de projetos que busquem equidade e diminuição das assimetrias regionais atrelada aos processos de integração regional, e que visem um modelo de desenvolvimento novo e realmente autônomo, para a região e as nações envolvidas.

\* *Economista do Instituto Equit/Ponto focal da IGTN no Brasil; ruth@igtn.org*

Fonte:

MELIN DE CARVALHO, Luiz Eduardo. Transcrição de audiência pública realizada na Comissão de Finanças e Tributação no Congresso Nacional em 06/12/2007. Luiz Eduardo ocupava o cargo de Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e era o representante do Brasil nas reuniões técnicas do Banco do Sul.

PAEZ, Pedro. "Por um banco de um novo tipo". Entrevista concedida ao Jornal dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro, novembro de 2007, pg. 11-13. *Pedro Paez é presidente da comissão técnica presidencial do Equador para a Nova Arquitortura Financeira Regional.*

---

<sup>i</sup> O ministro da fazenda da Argentina renunciara no dia anterior à reunião e este país não foi representado.

<sup>ii</sup> Valores de 2005 cuja taxa de câmbio do Real em relação ao dólar era de R\$ 2,42.

<sup>iii</sup> Segunda legislação brasileira, o BNDES não pode financiar projetos de empresas estrangeiras que não envolvam compras de produtos nacionais.

<sup>iv</sup> Ao algo semelhante como o mecanismo instaurado em 2007 entre a Argentina e o Brasil que têm buscado usar suas moedas nacionais para as transações comerciais entre si.

<sup>v</sup> No Brasil, será o Senado Federal que deverá se posicionar.